



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

CONTRATO N°

PDC N°

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA E PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM VELOCIDADE DE 1 GBPS (GIGABIT POR SEGUNDO), ACESSÍVEL POR MEIO DE INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA, COM RECURSO DE ALTA DISPONIBILIDADE, INCLUSOS UM RANGE DE 6 ENDEREÇOS IPV4 PÚBLICOS, SOLUÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA ATAQUES DOS E DDOS, MATERIAIS, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, MONITORAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 53.327.359/0001-34, neste ato representada pelo Sr. **Marco Aurélio de Souza Mayor**, Presidente da Câmara de Vereadores, inscrito no CPF/MF sob n.º ... de ora em diante designada **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º ..., com sede na, na pessoa de seu representante legal ..., inscrita no CPF/MF sob n.º ... doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas da Lei Federal 14.133/2021 e, subsidiariamente pelo Código Civil brasileiro, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de acesso dedicado à internet, com velocidade de 1 Gbps (gigabit por segundo), acessível por meio de infraestrutura de fibra óptica, com recurso de alta



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

disponibilidade, inclusos um range de 6 endereços IPv4 públicos, solução de segurança contra ataques DoS e DDoS, materiais, instalação, ativação, monitoramento e suporte técnico, conforme especificações.

1.2 - Considera-se integrante do presente contrato, como se nele estivesse transcrita, a proposta e eventuais anexos, elaborados e apresentados pela CONTRATADA, datada de, a qual, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO.

2.1 - Execução indireta, através de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos do art. 140, inciso I e parágrafos, da Lei Federal 14.133/2021, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes do documento citado em 1.1.

3.2 - A CONTRATADA obriga-se a reexecutar, às suas expensas, no local estipulado e no prazo ajustado, após a notificação, os serviços que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto do contrato.

3.3 - A CONTRATANTE designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, o qual deverá receber definitivamente os serviços, dispensando o recebimento provisório, por se tratar de serviços profissionais. O recebimento se fará a cada mês, mediante anotação correspondente no documento fiscal de cobrança.

3.4 - O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade e correção dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO

4.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ (...), fornecimento de serviço de acesso dedicado à internet, com velocidade de 1 Gbps (gigabit por segundo), acessível por meio de infraestrutura de fibra óptica, com recurso de alta disponibilidade, inclusos um range de 6 endereços IPv4 públicos, solução de segurança contra ataques DoS e DDoS, materiais, instalação, ativação, monitoramento e suporte técnico, conforme especificações.

4.2 - Será emitida Nota de Empenho, por conta da dotação orçamentária o Subelemento da Despesa: 3.3.90.40.14 (Telefonia Fixa e Móvel - Pacote de Comunicação de



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

Dados) para atender às despesas inerentes a este contrato.

4.3 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização desta documentação.

4.4 - Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, e nos termos da proposta apresentada, o pagamento será efetivado pela Tesouraria da CONTRATANTE, mediante pagamento de fatura e nota fiscal emitidos pela CONTRATADA ou mediante depósito bancário no Banco ..., agência ..., conta-corrente nº ..., chave pix

4.5 - Os preços contratados não sofrerão nenhuma espécie de atualização, durante o prazo de vigência desta avença, salvo as decorrentes de alterações em alíquotas de tributos que venham a ocorrer após a apresentação da proposta comercial, pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.

5.1 - O prazo de vigência do contrato será de 24 meses contados a partir de sua assinatura.

5.2 - O prazo de execução dos serviços será de 24 meses, contados a partir da emissão de Autorização de Serviço.

5.3 - Este contrato vigorará durante todo o período de execução do serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual, persistindo, no entanto, as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia do referido objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 - Executar os serviços objeto deste contrato nas condições previstas na respectiva proposta.

6.2 - Ficar responsável pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento.

6.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.5 - A CONTRATADA renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

6.6 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.7 - Fazer prova da regularidade para com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, mediante a apresentação de CND - Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação de CRF - Certificado de Regularidade do FGTS e perante a Justiça do Trabalho, com a apresentação de CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Todas as certidões, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal, deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitida e apresentada à CONTRATANTE.

6.8 - Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA ou de eventuais subcontratantes, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES.

7.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato ou a recusa no fornecimento de informações relacionadas ao mesmo ensejará sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 137, no modo previsto pelo artigo 138, com as consequências estabelecidas no artigo 139, todos da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual.

7.2 - A CONTRATADA se sujeita às sanções e previsões dos artigos 155 a 163 e 164 a 168 da Lei Federal 14.133/2021, nos seguintes termos:

7.2.1 - Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre a parcela não executada do ajuste decorrente deste certame; ou por material não aceito por esta Administração, e não substituído no prazo fixado por esta, prazo esse que não excederá 15



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

(quinze) dias úteis, contados da intimação.

7.2.2 - Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, até o décimo quinto dia.

7.2.3 - Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, a partir do 16º dia, até o trigésimo dia, configurando-se, após esse prazo, a hipótese de rescisão unilateral da avença por parte dessa Administração pela inexecução, parcial ou total, de seu objeto.

7.3 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.

7.4 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

7.5 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS TOLERÂNCIAS.

8.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

8.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL.

9.1 - A CONTRATADA fica dispensada, neste ato, da prestação de garantia prevista no artigo 96 da Lei Federal 14.133/2021, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA NOMEAÇÃO.

10.1 - Será nomeado, mediante Portaria específica desta Casa de Leis, um servidor



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

para função de Fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO.

11.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pindamonhangaba, data da assinatura digital.

Marco Aurélio de Souza Mayor

Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Contratante

.....

Contratada

Aline de Melo Amadei

Diretora do Departamento Jurídico

OAB/SP 216.474

Testemunhas: